

**Mobilidade humana e identidades religiosas**

Fábio Baggio (SIMI, Roma)  
Paolo Parise (Missão Paz, São Paulo)  
Wagner Lopes Sanchez (PUC-SP)  
(coords.)

# Mobilidade humana e identidades religiosas



Direção editorial  
*Claudio Avelino dos Santos*

Diagramação e revisão  
*Wolf Book*

Impressão e acabamento  
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Mobilidade humana e identidades religiosas / Fábio Baggio, Paolo Parise, Wagner Lopes Sanchez, (coords.). – São Paulo: Paulus, 2016.

ISBN 978-85-349-4363-5

1. Migração 2. Religiões 3. Simpósio Internacional sobre Religião e Migração: Mobilidade humana e Identidades religiosas.

I. Baggio, Fábio. II. Parise, Paolo. III. Sanchez, Wagner Lopes.

16-02815

CDD-200

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Religião e migração: Simpósios 200

1ª edição, 2016

© PAULUS – 2016

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)  
fax (11) 5579-3627 • tel (11) 5087-3700  
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4363-5

# SUMÁRIO

Introdução 7

## Parte 1: Conferências 11

- 1) Las religiones de los inmigrantes: una visión general  
– *Fábio Baggio* 13
- 2) Imigração no Brasil: os números e os desafios sociais e éticos  
– *Paolo Parise* 39
- 3) A dinâmica entre migração e religião e o capital analítico da Ciência da Religião. Reflexões sobre o estado da arte e desafios contemporâneos  
– *Frank Usarski* 63

## Parte 2: Mesas-redondas 85

- 4) O processo imigratório haitiano no Brasil: trajetos, destinos e panorama numérico  
– *Welder Lancieri Marchini* e *Wellington da Silva de Barros* 87
- 5) A voz dos bárbaros imaginários  
– *Renan S. Carletti* 107
- 6) Religião e identidade do povo armênio em São Paulo  
– *Sônia Maria de Freitas* 123
- 7) Sincretismo e Resistências entre os Migrantes: alguns casos que dão o que pensar  
– *Afonso Maria Ligorio Soares* 149
- 8) Os imigrantes brasileiros na região da nova Inglaterra  
– *Darci Donizetti da Silva* 165
- 9) A acolhida dos migrantes e refugiados na Igreja Católica no Brasil  
– *Mário Geremia* 173
- 10) Filhos de Abraão, nosso pai na fé  
– *Fernando Altemeyer Junior* 191

## Parte 3: Comunicações 199

- 11) A atuação das instituições da sociedade civil no processo de integração local de refugiados no ABC  
– *Janine Hadassa Oliveira Marques de Borba* 201

- 12) A conversão religiosa entre mulheres migrantes nordestinas em São Paulo  
– *Ana Keila M. Pinezi e Marilda A. Menezes* 219
- 13) A vinda de haitianos ao Brasil após o ano de 2010 e a problemática dos refugiados ambientais  
– *Aline Marques Marino e Lino Rampazzo* 237
- 14) Imigração e pluralidade religiosa em São Paulo. O testemunho da Missão Scalabriniana N. S. da Paz e os limites da teologia católica sobre as religiões  
– *Wellington da Silva de Barros* 263
- 15) Imigração Palestina no Brasil: Religião, Causa Palestina e Gênero  
– *Tamires Silva Pereira Prazeres* 283
- 16) Migração boliviana e religião na cidade de São Paulo: um estudo sobre a Primera Iglesia Bautista Hispana de Brasil  
– *André Bezerra Paes* 297
- 17) O negro irlandês: A construção do estereótipo do imigrante irlandês nos jornais americanos nos Séculos XIX e XX  
– *Maria Clara de Lima Mendes* 317
- 18) Os árabes e suas religiões: islamismo e cristianismo na comunidade imigrante  
– *Samira Adel Osman* 331
- 19) Os Migrantes Haitianos em Maringá e as Ações da Igreja  
– *Sueli de Castro Gomes e Camila Franco Kotsifas* 343
- 20) Povo Hemshin: entre a identidade armênia e a assimilação turca  
– *Aline Serra Teixeira* 353
- 21) Problemas no refúgio: as sensibilidades nacional-socialistas na Gleba Colônia Roland (1935-1945)  
– *Aline Fernanda Souza de Oliveira* 361
- 22) Religião e festa como estruturantes das comunidades afro-brasileiras na África Ocidental (década de 1960)  
– *Claudio Santana Pimentel* 371
- 23) Um novo cântico para uma nova Igreja: Chants d'Esperance e a experiência religiosa em situação de migração  
– *Rosa Martins Costa Pereira* 379
- **Parte 4: Homenagem** 393
- 24) Homenagem ao Prof. Afonso Maria Ligorio Soares (1960-2016)  
– *João Décio Passos* 395

## Introdução

*“Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures. É a própria condição do humano, é a sua finitude que estão em causa...”* (Abdelmalek Sayad)

O sonho de ter uma vida digna que possibilite viver bem tem movido a humanidade desde suas origens em busca de outros lugares, de condições sociais mais favoráveis e acolhedoras. Mas essa busca sempre vem carregada de despedidas, de ausências, de perdas, de renúncias, de abandonos, de tragédias e de sofrimentos para crianças, adultos e idosos. As cenas que temos visto nos últimos anos na imprensa são apenas sinais de uma realidade bruta e dolorida para milhares de pessoas.

O fenômeno da migração compulsória tem sido uma constante na história humanidade; nos últimos anos, no entanto, em termos mundiais, ele tem se despotado com muita força em virtude do “êxodo sírio” desde que começou a guerra civil na Síria.

A escalada migratória na Europa tem colocado na pauta do dia da imprensa, dos governos e dos organismos humanitários não só o tema da migração mas também a gravidade de suas causas e a necessidade de se encontrar soluções para esse problema que vai além de

medidas paliativas. Por isso, os movimentos migratórios atuais nos obrigam a pensar a própria forma de organização das sociedades atuais que não estão fundadas na justiça e na igualdade. Por isso, os fenômenos migratórios não podem ser vistos como ocasionais e localizados, mas como parte de um sistema social que expulsa as pessoas de suas terras e as exclui do banquete da vida.

Acolher essas pessoas que deixam sua cultura, suas famílias, seus amigos e suas condições materiais para trás é, hoje, uma das exigências éticas mais importantes no momento atual. Construir sociedades que não obriguem as pessoas a migrar e que ofereçam as estruturas sociais mínimas para que todos(as) possam viver em paz e com dignidade é uma exigência política prioritária nos dias atuais.

Em diversos lugares as religiões têm dado exemplo de acolhida aos migrantes e têm feito esforços no sentido de exigir justiça e solidariedade, tanto dos governos como da sociedade civil, para que essas pessoas possam encontrar melhores condições de vida. É isso o que temos presenciado no Brasil no caso da acolhida aos migrantes latino-americanos, haitianos e africanos. Essa é uma das muitas facetas em que os temas religião e migração se cruzam.

Este livro parte do pressuposto que o estudo do entrecruzamento religião e migração pode contribuir para a compreensão da complexidade que é o fenômeno migratório. Entendemos que não basta estudar os diversos fatores dos movimentos migratórios; é preciso também olhar com atenção para as eventuais implicações da religião na vida dos migrantes.

Com esse objetivo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), através do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião e do Grupo de Pesquisa Religião e Cidade, a Missão Paz (dos padres scalabrinianos), o CEM (Centro de Estudos Migratórios) e o SIMI (Scalabrini International Migration Institute),

da Universidade Gregoriana de Roma, realizaram entre os dias 8 e 10 de junho de 2015, na PUC-SP, o I Simpósio Internacional sobre Religião e Migração – Mobilidade humana e identidades religiosas.

Durante dois dias e meio mais de duzentos professores-pesquisadores e estudantes acompanharam as atividades do Simpósio. Neste livro o leitor(a) tem em mãos os principais textos apresentados no Simpósio: conferências, mesas-redondas e comunicações.

O livro está organizado de acordo com a estrutura do evento: na primeira parte, são apresentadas as conferências feitas pelos professores Fábio Baggio, Frank Usarski, Paolo Parise; na segunda parte são apresentados os textos das exposições feitas nas mesas: Afonso Maria Ligorio Soares, Darci Donizetti da Silva, Fernando Altemeyer Jr., Mário Geremia, Renan S. Carletti. Sônia Maria de Freitas, Welder Lancieri Marchini-Wellington da Silva Barros. Na terceira parte, são apresentados textos de comunicações feitas no Simpósio. Ao final, o(a) leitor(a) encontrará um texto em homenagem ao prof. Afonso Maria Ligorio Soares escrito pelo prof. João Décio Passos (PUC-SP).

Agradecemos a todos que contribuíram com a organização e realização do Simpósio: ao Comitê Científico (Dulce Baptista, Ênio J. da Costa Brito, Fábio Baggio, Gioachinno Campese, José Carlos Pereira, Lúcia Bogus, Paolo Parise e Wagner Lopes Sanchez), à Comissão Organizadora (Afonso M. L. Soares, Edin Sued Abumanssur, Fernando Altemeyer Junior, João Décio Passos, Paolo Parise, Silas Guerriero, Wagner Lopes Sanchez, Wellington da Silva de Barros e Welder Lancieri Marchini), a Dirceu Cutti e a Victor Ernesto Ochoa pelo trabalho de revisão técnica.

Queremos deixar registrado neste livro a nossa homenagem ao prof. Afonso Maria Ligorio Soares que faleceu no dia 24 de janeiro de 2016. Ele foi um dos idealizadores do Simpósio e participou ativamente de todos os momentos de preparação/organização e realização

do evento. Agradecemos a ele por tudo o que fez entre nós. Sua morte deixou um vazio na vida de pessoas e instituições onde trabalhava.

O II Simpósio Internacional sobre Religião e Migração, será realizado entre os dias 6 a 8 de junho e terá como tema: Diásporas africanas e processos sócio-religiosos.

Fábio Baggio (SIMI, Roma)

Paolo Parise (Missão Paz, São Paulo)

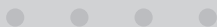
Wagner Lopes Sanchez (PUC-SP)

(Coords.)

# **PARTE**

## **Conferências**

**1**



# 1) Las religiones de los inmigrantes: una visión general

Fábio Baggio<sup>1</sup>

## I. Aclaraciones terminológicas

Este artículo se propone trazar un panorama actualizado de las religiones de los migrantes en el mundo. Pero antes de comenzar este ejercicio científico, me parece oportuno aclarar los principales términos de referencias, o sea “religión” y “migrante”, ya que no parece haber una coincidencia universal en las respectivas definiciones.

El término “religión” suele ser utilizado como sinónimo de “religiosidad” y de “fe”, si bien muchos autores en el pasado evidenciaron las profundas diferencias entre los tres vocablos. La raíz común de los primeros dos es evidente y “religión” es indudablemente la más antigua. Los etimólogos tienen una doble teoría. Algunos hacen proceder “religión” de un supuesto verbo latín *religere* que significaría “buscar” o “mirar con atención”, de donde “religión” tendría el sentido de “cura” o “cuidado”. Para otros el término vendría del verbo latín *religare* o sea “juntar”, por lo cual el vocablo significaría originalmente “vínculo de unión entre personas”. Pero todos concuerdan que en los textos antiguos, “religión”

<sup>1</sup> Profesor en la Pontificia Universidad Urbaniana de Roma.

se refiera directamente al culto de la divinidad y a sus expresiones (BONOMI, n.d.).

En la historia de la teología cristiana – y católica en particular – el término religión ha sido objeto de varios intentos de definición. La mejor síntesis, según el teólogo Dionigi Tettamanzi, fue la que propuso Tomás de Aquino en la *Summa Theologiae*: “[...] *religio proprie importat ordinem ad Deum*” (II, 2ae, q. 81, a. 1.) o sea la religión implica propiamente un dirigirse a Dios. Siguiendo su reflexión, Tettamanzi distingue dos dimensiones de la religión, una objetiva y una subjetiva. La primera consistiría en un conjunto de verdades e indicaciones morales reveladas y ofrecidas a los seres humanos por Dios para que estos alcancen su plena realización. La dimensión subjetiva sería la respuesta personal a este ofrecimiento en término de aceptación de las verdades reveladas, traducción de las indicaciones divinas en actitudes, gestos y acciones de culto. Esta segunda dimensión se podría llamar, desde un perspectiva psicológico-existencial, religiosidad (cf. TETAMANZI, 1977).

La definición propuesta por la reflexión teológica católica precisa ser completada con las distintas definiciones propuestas por otras tradiciones religiosas y con las reflexiones críticas relativas a esas mismas definiciones. Y es justamente de una de esas reflexiones críticas, la de Martin Buber, que nace como una provocación la distinción entre religión y religiosidad, pero en un sentido muy distinto de lo propuesto por Tettamanzi. Según el filósofo judío, la religiosidad es la auténtica relación de la persona humana con lo trascendente, resultado de una experiencia íntima. La religión, en cambio, es la institucionalización de esa relación. La religión es el conjunto de creencias, normas y rituales con que las personas tratan, sin éxito, de perpetuar la experiencia (cf. FERRARI, 2013).

Después del Concilio Vaticano II se hizo más explícita de parte católica la valorización de las otras religiones y de las experiencias

místicas que en ellas se producen. Esas religiones son expresión de la religiosidad ínsita en la naturaleza humana. Retomando las palabras de Juan Pablo II, el Compendio de la Doctrina Social de la Iglesia precisa que: “[...] la religiosidad representa la expresión más elevada de la persona humana, porque es el culmen de su naturaleza racional. Brota de la aspiración profunda del hombre a la verdad y está a la base de la búsqueda libre y personal que el hombre realiza sobre lo divino” (PCJP, 2005,15).

En esta misma línea se pone la definición de “religiosidad” como “experiencia de Dios” que el Papa Francisco presenta en un discurso de 2014:

“El tercer aspecto es la religiosidad del pueblo. Dios vive en la ciudad. [...] debemos descubrir, en la religiosidad de nuestros pueblos, el auténtico sustrato religioso, que en muchos casos es cristiano y católico. No en todos: hay religiosidades no cristianas. [...] No podemos desconocer ni despreciar tal experiencia de Dios que, incluso estando a veces dispersa o mezclada, pide ser descubierta y no construida.”  
(*Discurso a Los Participantes En El Congreso Internacional de Pastoral de Las Grandes Ciudades* n. 3)

El tercer término a considerar es “fe”, que, distinguiéndose de la religión y de la religiosidad, vendría a indicar la adhesión de la persona humana al misterio trascendente, misterio que la razón no logra explicar, pero reconoce como verdadero a raíz de la autoridad divina que lo revela. En el contexto de la teología cristiana la fe es un regalo de Dios, una virtud sobrenatural que permite “creer” lo que no se puede “ver”, por la acción del Espíritu Santo (cf. *Lumen Fidei*).

A los efectos de este artículo, el término “religión” se refiere al conjunto de dogmas, preceptos y ritos que conforman el culto particular propio de un grupo de personas. Cuando estos cultos se

estructuran socialmente se producen las “religiones institucionalizadas”. Por elección metodológica, yo sólo trataré de las religiones institucionalizadas y entre ellas sólo de las más importantes desde una perspectiva numérica.

Migración y movilidad humana son utilizados frecuentemente cómo sinónimos – como en el caso del título y subtítulo del congreso que estamos celebrando. Pero, en términos técnicos, la migración constituye sólo un aspecto de la movilidad humana. En la literatura científica parecería que el término movilidad humana fuera utilizado por primera vez para indicar el movimiento de personas en el ámbito de la geografía humana (cf. PROTHERO, 1973). En el magisterio católico el mismo término aparece por primera vez en la Carta Circular “Iglesia y movilidad humana” de la Pontificia Comisión para la Pastoral de los Migrantes e Itinerantes y sirve para indicar cualquier desplazamiento de grupos o individuos de un lugar definido como originario a otro. En este mismo documento el Magisterio sugiere una primera distinción fundamental entre movilidad libre (por elección de los interesados) y movilidad forzada (por imposición externa). Además la misma Carta presenta una primera clasificación de los sujetos de movilidad humana a raíz de que se distinguen varios tipos de movilidad: emigrantes, la gente del mar, los aeronavegantes, los nómadas y los turistas (cf. PCCPMI, 1978). En años más recientes, pasando por la producción sociológica, el término movilidad humana ha ingresado en los documentos de las Naciones Unidas, logrando así un reconocimiento universal (cf. UNDP, 2009). Con los procesos de globalización se ha ampliado la definición de movilidad humana quitándole la limitación conceptual representada por la salida de un lugar originario.

En este artículo, por elección metodológica, me limitaré a considerar el contexto de las migraciones internacionales, que se definen generalmente como los movimientos libres de personas que se realizan cruzando una o más fronteras (cf. IOM, 2004). Por lo tanto no

voy a examinar las otras formas de movilidad humana, incluyendo a las migraciones internas, que se diferencian de las internacionales al desplazarse los sujetos dentro de un mismo territorio nacional.

## II. El panorama contemporáneo de las migraciones internacionales

Para comenzar a trazar el panorama contemporáneo de las migraciones internacionales hay que hacer referencias a los datos oficiales elaborados por la *Population Division* del *Department of Economic and Social Affairs* (DESA) de las Naciones Unidas. Las últimas estimaciones publicadas por el DESA remontan al 2013, año en que se calculaba que alrededor de 232 millones de personas residieran habitualmente en un país distinto del de nacimiento (o de pertenencia jurídica), o sea eran migrantes internacionales (cf. DESA, 2013). Aunque parezca un número muy elevado de personas, cabe destacar que corresponde sólo al 3,2% de población mundial y esta proporción ha sido una constante en las dos últimas décadas. También hay que notar que 17 millones eran refugiados, por lo cual no entrarían técnicamente en la definición de migrante internacional (cf. UNHCR, 2014). Según los cálculos del DESA, de 1990 a 2013 el número de migrantes internacionales ha crecido de un 50% (77 millones), pero la mayoría de este incremento se ha dado en la primera década del tercer milenio, con un promedio de 4,6 millones de migrantes por año.

Con respecto al género, la población migrante global en 2013 estaba compuesta por un 48% de mujeres y un 52% de varones. Cabe destacar que el DESA señalaba una notable diferencia en la proporción entre los países económicamente desarrollados<sup>2</sup> (norte global) y

• • • • •

<sup>2</sup> El DESA clasifica como (económicamente) desarrollados todos los países de Europa